

### Introdução

István Mészáros recebeu nas últimas décadas grande destaque no Brasil, mas em várias partes do mundo também, como pensador que renovou o marxismo. Duvidamos amplamente desta assertiva. Depois de realizada a análise de momentos importantes de sua obra, podemos lançar aqui como fio condutor de nossa apresentação da matéria os seguintes pontos: 1) a renovação linguística empreendida por Mészáros não faz o marxismo avançar na compreensão da realidade, pelo contrário, significa um empobrecimento do materialismo histórico-dialético; 2) seu pensamento é expressão da perspectiva de classe da burocracia e não do proletariado como classe autodeterminada, ou seja, revolucionária; 3) em sua crítica ao assim chamado “socialismo real”, que ele prefere denominar “sociedades pós-revolucionárias”, evitando a expressão “capitalismo de estado” (para nós a mais acertada), significa, na verdade, uma ressuscitação do velho leninismo (mas com nova roupagem); 4) isto também é verificável em sua suposta renovação da “teoria da transição socialista”.

Isto não quer dizer que em sua obra não tenha momentos significativos e análises corretas de determinados fenômenos. Por exemplo, sua síntese crítica do pensamento de Hegel, Kant, Hayek, Friedman etc. são bem instrutivas. Também, sua análise de alguns aspectos da sociedade capitalista, como, por exemplo, sobre a “economia de guerra”, sobre o desemprego no capitalismo contemporâneo etc. contém importantes contribuições. Contudo, nossa análise focalizará exatamente as linhas de fraqueza de seu pensamento, os momentos nos quais sua discussão mais nubla a compreensão do real do que oferece ferramentas adequadas à sua compreensão.

Antes de continuar, uma palavra sobre o uso do termo “reformismo” em nossa reflexão. Para quem é leitor de Mészáros, sabe perfeitamente que ele é crítico feroz do “reformismo social-democrata” e que é adepto de uma concepção “revolucionária” que supostamente aponta a necessidade de se ir “para além do capital”. Contudo, como demonstraremos, as teses por ele defendidas revivem as concepções leninistas de tática e estratégia, que apontam para nada além de um capitalismo reformado (como se verá,

consideramos improcedente a definição de Mészáros que considera o capitalismo tão somente uma fase do sistema do capital). Por isto chamamos sua concepção de “um reformismo para o século XXI”.

A obra de Mészáros é extremamente vasta, não sendo possível abarcar, nos limites deste texto, suas discussões sobre dialética e ideologia (MÉSZÁROS, 1996), educação (MÉSZÁROS, 2008), nem mesmo os livros aqui analisados são discutidos em todos os detalhes. Adotamos como regra o estudo dos pontos mais significativos e controversos de suas teses. Nosso foco analítico é a dimensão política de seu pensamento, pois é visível que sua obra reverbera nas discussões e práticas políticas de nosso tempo. Daí a importância de se avaliar o seu significado.

Por último, dada a natureza deste texto, de discutir o pensamento do autor, o recurso às citações foi um processo inevitável, pois consideramos mais conveniente que as ideias fossem expressas com a própria terminologia de Mészáros. Isto evita o inconveniente de em algum momento, ao tentar resumir suas concepções, produzirmos alguma deformação ou má interpretação.

### **O empobrecimento do campo linguístico do marxismo**

A obra de Mészáros é extremamente vasta, compõe milhares de páginas, apesar de suas conclusões não acompanharem o volume dos textos. Nela, há uma profusão de novos termos, verdadeiros construtos (falsos conceitos)<sup>1</sup>. É certo que para se conhecer os fenômenos deve-se nomeá-los. Sem dar nome aos seres, reconhecê-los em sua especificidade, não é possível nenhuma forma de conhecimento teórico sobre a realidade. Por isto, a criação e ressignificação lexical são processos fundamentais, sem os quais não haveria nenhuma teoria.

Viana (2018) realiza importante discussão sobre isto dentro de sua teoria da episteme. Para ele, uma episteme é uma infraestrutura do pensamento, é uma forma, um modo de se constituir as ideias. Ela não se confunde com o conteúdo do pensamento, embora seja uma de suas determinações. Na sociedade capitalista, duas epistemes

---

<sup>1</sup> Para uma discussão sobre conceitos como expressão da realidade, cf. Marx (1982), Lukács (2003) etc. Para uma discussão sobre construtos como sendo falsos conceitos, cf. Viana (2007).

conflitam: episteme burguesa (hegemônica) e episteme marxista (revolucionária). São expressão, no nível do pensamento complexo (ciência, filosofia, marxismo etc.), das classes capitalista e proletária, respectivamente. A forma, pois, de se constituir as ideias na sociedade capitalista é determinada por uma ou outra destas duas epistemes<sup>2</sup>.

Uma episteme, esta infraestrutura do pensamento, é constituída por campos mentais. São eles: *campo axiomático*, constituído pelos valores e interesses. Estão na base de qualquer episteme; *campo analítico*, refere-se ao conjunto de métodos, procedimentos que formam uma dada episteme; *campo linguístico*, ou seja, o conjunto de termos (signos) produzidos dentro de uma determinada episteme. Este é formado por um *campo lexical* e um *campo semântico*. O primeiro refere-se aos signos propriamente ditos e o segundo aos significados de cada um; *campo perceptivo*, este refere-se ao conjunto de processos, fenômenos que são passíveis de ser percebidos por uma determinada episteme.

A articulação e determinação recíproca entre estes campos mentais conforma uma determinada episteme. Nas sociedades pré-capitalistas (para o caso europeu), formaram-se as epistemes escravista e feudal. Quando o modo de produção capitalista vai se constituindo, ele também começa a configurar um tipo específico de episteme, a episteme burguesa, ou seja, uma forma de se constituir as ideias que é adequada e reproduz a sociedade capitalista. Com o desenvolvimento da luta de classes típica da sociedade moderna, com o aparecimento do movimento operário, uma outra episteme, antagônica à episteme burguesa, constitui-se, ou seja, a episteme marxista. Esta expressa, no plano teórico, os interesses de classe do movimento da classe operária, quando esta se estabelece como classe autodeterminada, como um movimento político, ou seja, revolucionária.

Marx foi o primeiro a desenvolver esta episteme. Assim, ele sistematizou, sem usar estes termos, o campo axiomático, analítico, linguístico e perceptivo da episteme marxista (constituindo o que chamamos de marxismo original). A partir de meados da década de 1920, um conjunto de outros autores deram continuidade ao seu trabalho,

---

<sup>2</sup> Fizemos uma síntese extensa destas discussões de Viana (2018) em Maia (2021). Por questão de espaço e foco analítico, não realizaremos isto aqui novamente.

constituindo o comunismo de conselhos e na década de 1960, sobretudo após o Maio de 1968, constituiu-se a fase contemporânea da episteme marxista, o marxismo autogestionário<sup>3</sup>.

A obra de Mészáros desenvolve-se em paralelo e em tom de crítica (embora não uma crítica direta e explícita) com o marxismo autogestionário. Enquanto o comunismo de conselhos e o marxismo autogestionário significaram um enriquecimento, aprofundamento, desenvolvimento da episteme marxista, a social-democracia, o bolchevismo (em suas várias correntes: leninismo, trotskismo, maoismo, stalinismo etc.) são deformações (burocráticas) do marxismo, constituindo-se, em verdade, num pseudomarxismo<sup>4</sup>.

Vejamos como situa-se o pensamento de Mészáros dentro desta problemática. Um desenvolvimento da episteme marxista ou mais uma ideologia típica do pseudomarxismo?

Propomo-nos discutir aqui a renovação lexical efetivada por Mészáros. O desenvolvimento do campo linguístico é um processo indispensável na conformação de qualquer leitura noosférica (filosofia, ciência, marxismo, psicanálise etc.) da realidade. Os campos lexical e semântico vão se desenvolvendo à medida que as pesquisas sobre determinados fenômenos do real vão sendo realizadas.

Marx, ao desenvolver suas investigações, encontrou um conjunto de palavras que estavam já disponíveis (materialismo, ideologia, ser, essência, aparência, existência etc.). No caso da economia política e na crítica que ele dirige a esta ocorre o mesmo. Termos como capital, valor, lucro, taxa de lucro etc. já haviam sido desenvolvidos pelos pensadores anteriores e seus contemporâneos. Contudo, estes termos foram

---

<sup>3</sup> É-me impossível desenvolver esta discussão aqui. Para tanto, cf. Maia (2018; 2020); Teles (2020); Viana (2018; 2019) entre outros.

<sup>4</sup> “Em síntese, o pseudomarxismo é uma apropriação do marxismo que parte de uma perspectiva de classe não-proletária (especialmente burguesa, burocrática ou intelectual) para deformar suas ideias essenciais (expressa num primeiro momento por Marx e num segundo momento por outros marxistas ou sua prática política, ou ambas simultaneamente)” (VIANA, 2016, p.454/455). Não se trata de preciosismo este esforço de delimitação e definição destes termos. Isto porque estas várias “correntes” são, na verdade, expressão, no plano da consciência, de determinadas classes sociais. Para quem parte da perspectiva marxista, isto deveria ser ponto pacífico, pois a luta de classes desenvolve-se também na elaboração intelectual. Assim, a crítica marxista a uma determinada ideologia não é disputa de sistemas “filosóficos”, “científicos”, “doutrinários” etc. É luta de classes manifesta no plano da elaboração cultural.

elaborados tendo por base a episteme burguesa. Assim, Marx realiza um amplo processo de assimilação destes termos (campo lexical), mas o faz de maneira crítica, submetendo-os à outra episteme, a marxista (da qual a obra de Marx é somente o primeiro momento, embora fundamental). Marx, então, ao assimilar tais termos e inseri-los em suas elaborações, ressignifica-os (campo semântico), atribuindo significados mais precisos. Além de assimilar vários termos vindos de várias ideologias da episteme burguesa, Marx é também constrangido a inovar lexicalmente, pois, devido sua perspectiva de classe, revela fenômenos que são impossíveis de serem percebidos (campo perceptivo) para quem parte da episteme burguesa. Desenvolve então conceitos como: mais-valor, mais-valor relativo, mais-valor absoluto, tendência declinante da taxa de lucro, taxa de mais-valor etc.<sup>5</sup>

Estes processos, ou seja, assimilação, ressignificação, inovação terminológica são realizados por Marx a fim de interpretar o modo de produção capitalista, produzindo assim uma teoria materialista do capitalismo. Mas outras teorias também são desenvolvidas, algumas mais completas, outras mais fragmentárias (teoria das classes sociais, do estado, da consciência, da política etc.). Todo este arcabouço desenvolvido por Marx é o momento de constituição da episteme marxista, que teve alguns desdobramentos no século XX e mais alguns poucos no século XXI. Não é, contudo, nosso foco na presente discussão.

Mészáros propõe-se claramente em suas obras realizar uma renovação ou revitalização do marxismo. E sem sombra de dúvidas, um dado que se destaca de seus textos é a profusão de novas palavras, novas expressões. Estas significam um ganho em termos de compreensão da realidade? Vejamos algumas delas e avaliemos seu significado. Só poderemos aqui fazer considerações muito breves sobre algumas delas. Lembrando que há várias outras, mas que deixaremos para uma outra oportunidade.

---

<sup>5</sup> Em Maia (2021) realizamos uma ampla pesquisa sobre a obra *O Capital*, de Marx, demonstrando entre outras coisas, o imenso trabalho realizado por ele na constituição de uma teoria do capitalismo. Um dos pontos fundamentais da teoria do capitalismo de Marx é a grande profusão de conceitos presentes na obra. Assim, através dos processos de inclusão/exclusão de termos vindos da economia política e de uma grande inovação lexical, Marx faz alargar em grandes proporções o campo linguístico da episteme marxista, fazendo deste modo ampliar o campo perceptivo desta episteme sobre a sociedade moderna.

*Ordem sociometabólica.* Esta é uma expressão usada abundantemente por Mészáros em suas obras. Trata-se, pois de um termo que é estruturante de suas teses. O que é, propriamente, ordem sociometabólica? Dois outros termos aparecem em conexão: “mediação de primeira ordem” e “mediação de segunda ordem”. Trata-se de três termos que Mészáros desenvolve em seus textos, inovando lexicalmente. A ideia de “mediação” remete a processos de relação: natureza-natureza; natureza-homem; homem-homem. As mediações de primeira ordem são aquelas de caráter mais ontogenético, ou seja, que funda o próprio humano, independentemente da forma histórica que assuma. As mediações de segunda ordem são aquelas constituídas social e historicamente. O capital, segundo Mészáros, seria uma mediação de segunda ordem, constituindo um tipo específico de sociometabolismo, que ele denomina “ordem sociometabólica do capital”.

Apesar do aspecto reluzente e do tom altissonante das palavras, elas não fazem avançar muito a compreensão do real, sendo termos desnecessários, tendo em vista haver outros já desenvolvidos dentro da episteme marxista, que expressam as mesmas relações de modo mais concreto. Marx, por exemplo, quando formula o conceito de “modo de produção”, desenvolve exatamente o que Mészáros denomina de “mediações de primeira ordem”. Contudo, como Marx desenvolve a questão, sobretudo no capítulo de *O Capital* (Livro I), onde discute o *Processo de trabalho e o processo de valorização*, apresenta a matéria de modo muito mais concreto do que faz Mészáros. Para Marx, há o modo de produção (um conceito universal, que pode ser verificado em qualquer tipo de sociedade humana). Este adquire maior concreticidade quando se estuda sociedade específicas (modo de produção escravista, modo de produção feudal, modo de produção capitalista, modo de produção comunista, modo de produção asiático etc.). Estas várias formas específicas aparecem nos textos de Mészáros como sendo mediações de segunda ordem. Como se vê, a inovação lexical feita por Mészáros não acrescenta nada de novo na interpretação da realidade, nada mais que novas palavras para conceitos já bem desenvolvidos. São muito mais uma forma de se destacar dentro do mercado capitalista de ideias do que propriamente um avanço real no estudo da realidade. Falar em “ordem sociometabólica do capital” (Mészáros) é a mesma coisa que falar em “modo de produção capitalista” (Marx), apesar de haver algumas

singularidades no modo como o autor húngaro utiliza algumas palavras (capital, capitalismo etc.), que serão melhor discutidas mais à frente. A inovação de Mészáros é, portanto, totalmente desnecessária.

*Sistema do capital.* Este é outro termo acerbamente empregado por Mészáros. Contudo, aqui há um problema a mais. Este termo não só é uma nova palavra desnecessária, mas cria uma confusão. Quando Marx fala em modo de produção capitalista, há ali uma clareza que o modo de produção é uma parte da sociedade capitalista, sendo o Estado, as formas de consciência (representações cotidianas, ideologias, teoria etc.) uma outra parte desta sociedade, que está relacionada com o modo de produção, mas que não se confunde com ele. Basta ver no *Prefácio de O Capital*, quando Marx coloca que se propõe estudar na obra o modo de produção capitalista (MARX, 1983), ou seja, ele não objetiva estudar ali não a sociedade burguesa em seu conjunto. Apesar de não desconsiderar o conjunto da sociedade, pois sua análise é totalizante, o foco analítico é o modo de produção. Mészáros, ao desenvolver o constructo de “sistema do capital”, cria as seguintes dificuldades: a) usa a ideia de “sistema”, que remete a algo dinâmico, mas fechado; b) dilui num único conceito, fenômenos que em Marx, por exemplo, são compreendidos como seres específicos, ou seja, o modo de produção por um lado e as formas jurídicas, políticas e de consciência (superestruturas), por outro.

Mas além destes dois problemas, há um outro de maior gravidade ainda. O “sistema do capital” é formado pelo tripé: capital, trabalho, estado. Três instâncias que se relacionam constituindo uma outra, o “sistema de capital”. O que em Marx tem caráter eminentemente relacional e expressa relações e luta de classes, em Mészáros assume forma cristalizada, sendo mais, na verdade, um fetiche, no sentido que Marx dava a este termo. O capital tem nos capitalistas suas personificações. O trabalho<sup>6</sup> torna-

---

<sup>6</sup> Para Mészáros, trabalho = proletariado: “(...) a questão em jogo diz respeito simultaneamente à divisão do trabalho como tal e à posição do proletariado (ou do trabalho) dentro dela” (MESZÁROS, 2002, P. 1053/1054). Este tipo de concepção só poderia chegar a uma afirmação sem sentido como esta: “O veredito requerido, portanto, não pode basear-se nos interesses de todos os membros de uma sociedade historicamente dada (inclusive dos trabalhadores particulares), muito menos nos interesses do *trabalho como uma classe* cuja alternativa hegemônica ao existente contradiz diametralmente a ordem dada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 940) (grifos meus). Igualar os conceitos de classe social (proletariado) e trabalho é empobrecer significativamente a concepção marxista de ambos os conceitos.

se o conceito que, segundo Mészáros, expressa melhor a classe trabalhadora, sendo os trabalhadores de carne e osso suas personificações. Por fim, o estado<sup>7</sup>, cujos membros da burocracia (termo que ele evita empregar) são sua personificação.

Se em Marx, capital é uma relação social de produção, fundada na relação de exploração da classe operária pela classe capitalista, que marca a época burguesa da produção social, em Mészáros, torna-se algo mais coisificado, que subordina os capitalistas a si (sendo estes sua personificação). Se em Marx, trabalho é o processo de relação entre os homens e a natureza e entre si a fim de produzir os bens necessários à reprodução da espécie, em Mészáros é um algo que é sinônimo de classe trabalhadora, que subordina todos os trabalhadores a si. Por último, o estado também é esta entidade que se pretende ser o mecanismo de controle social do “sistema do capital”. Deste modo, o que em Marx é fundamentalmente relações de classe, em Mészáros é um fetiche de três instâncias que se relacionam produzindo assim outro fetiche, o “sistema do capital”<sup>8</sup>.

Uma dificuldade adicional desta ideia é que, ao incorporar a instituição estatal no constructo “sistema do capital”, fica-se por responder por que outros elementos não foram também considerados em tal sistema. Por exemplo, por que as formas de consciência (ideologias, representações cotidianas etc.) também não fazem parte deste sistema? Por que os valores também são excluídos deste sistema? Como aludimos acima, a episteme, conceito ainda não desenvolvido ao tempo das elaborações de Mészáros, mas que seus elementos já existiam amplamente na literatura marxista, são processos

---

<sup>7</sup> Afirma que o estado não é uma superestrutura: “Assim, seria completamente equivocado descrever o próprio Estado como uma superestrutura. Na qualidade de estrutura totalizadora de comando político do capital (o que é absolutamente indispensável para a sustentabilidade material de todo o sistema), o Estado não pode ser reduzido ao status de superestrutura” (MÉSZÁROS, 2002, p. 119/120). E complementa que o estado tem sua própria superestrutura (legal, jurídica etc.), assim como também as empresas (administração científica etc.). Critica a ideia de “autonomia do estado” o que é correto. Tal não existe, mas é lícito falar também que existe um corpo burocrático (burocracia estatal) que tem interesses próprios. Nisto é correto falar em autonomia relativa, pois esta autonomia relativa expressa os interesses de classe da burocracia estatal, que está, é claro, submetida aos interesses da classe capitalista, por isto falamos em burocracia como classe auxiliar e subordinada à burguesia. Como Mészáros não fala em classes (mas sim em sistema do capital, ordem sociometabólica etc. como instância (estruturas) que se relacionam, fica difícil para ele perceber que é relações de classe que está em jogo e que, neste caso, o estado é também a materialização dos interesses de classe da burocracia estatal.

<sup>8</sup> Somente coisificando o capital é que se pode fazer uma afirmação como esta: “Entendido como sujeito, o capital é um sujeito usurpado, não apenas supérfluo, mas também danoso e cada vez mais destrutivo (...)” (MÉSZÁROS, 2002, p. 714). Em Marx, capital é *relação*, em Mészáros, *sujeito*.



reprodutores importantes da sociedade, tal como é, também, o estado. Assim, o constructo de “sistema do capital” configura-se mais como um reducionismo do que propriamente um termo mais amplo e que rompa com o economicismo.

*Crise estrutural do capital.* Aqui também se vê uma outra grande dificuldade. O modo como Mészáros discute o conceito de crise produz um esgarçamento do conceito, enfraquecendo seu significado e importância. Em primeiro lugar, diferencia as crises conjunturais da chamada crise estrutural. As primeiras são numerosas ao longo da história do capitalismo (crises de 1857, crise de 29, crise de 1973 etc.), esta última, pelo contrário, deriva dos “limites absolutos do capital”: a) uso abusivo da natureza e recursos naturais; b) limite geográfico da terra, que impossibilita o capital adicionar novas áreas, como foi possível ainda durante o século XX; c) desenvolvimento das tecnologias bélicas, que retira a guerra total como uma possibilidade do “capital” recorrer a este recurso como forma de retomada da acumulação; d) desemprego estrutural crônico, típico da fase atual do capitalismo; e) o problema da questão feminina etc.

Ficando ainda dentro do âmbito discursivo de Mészáros, é necessário pontuar que, de fato, a relação-capital, como Marx referia-se, é marcada por inúmeras contradições e estas não se resolvem dentro de seus limites (queda da taxa de lucro médio, crises de produção, crises comerciais etc.). O que Mészáros, contudo, aponta, é que existe um conjunto de processos que se colocariam como limites ao próprio desenvolvimento do “capital”. Não tenho espaço aqui para discutir cada um dos pontos por ele mencionados, mas apontaria que, se há um “limite absoluto” para o capital, este é a classe operária enquanto classe autodeterminada (revolucionária). Em Mészáros, “capital” é uma coisa, “trabalho” é outra e em conjunto com o “estado”, compõem o “sistema do capital”. A luta de classes, a luta do proletariado, ou seja, os coveiros do capitalismo (MARX; ENGELS, 2002) não estão considerados, do modo como deveria dentro de uma análise que se pretende marxista, na análise dos “limites absolutos do capital”. Este é um limite absoluto da análise de Mészáros. Isto ficará mais explícito à frente.

Além disto, outro problema de sua análise da crise estrutural do capital é o alargamento do conceito de crise ou sua não-definição de modo claro, que lhe permite

afirmar, por exemplo, que a partir de 1970, inicia-se a crise estrutural do capital e esta permanece até os dias de hoje, ou seja, já dura mais de 50 anos. Isto torna o conceito de crise algo tão frouxo que ele perde completamente seu significado, qual seja, momento de dificuldade de reprodução do capital. Isto, em parte, deriva do fato de que não há uma compreensão teórica, por parte de Mészáros, sobre a história do capitalismo, embora já houvesse elementos concretos para que ele a tivesse desenvolvido. A teoria dos regimes de acumulação (VIANA, 2009) demonstra, por exemplo, o significado das crises dentro da história do capitalismo, apontando a diferença entre crise num regime de acumulação, que permite engendrar um outro regime de acumulação, ou seja, uma nova fase do capitalismo, e crise do modo de produção capitalista em si, que cria possibilidades de instauração de uma nova sociedade. Uma crise no regime de acumulação pode engendrar uma crise do capitalismo. O que isto quer dizer é que o modo de produção capitalista não pode ser uma crise permanente, que já dura mais de 50 anos, a chamada crise estrutural. As crises são momentos graves de dificuldade de reprodução do capital. Se se esgarça o conceito a tal ponto que a crise sempre existe, ela deixa de ser uma crise.

*Capital social total.* Este é um termo empregado poucas vezes, mas ajuda a ilustrar o modo como Mészáros empobrece o campo linguístico do marxismo. Em Marx, este conceito expressa o conjunto de capitais investidos em um determinado país, ou seja, “(...) a totalidade dos capitais individuais” (MARX, 1984, p. 53). É, portanto, um esforço de Marx em elaborar um termo que tenha utilidade explicativa sobre o processo global de produção, circulação e distribuição do capital (ou seja, reprodução). Em Mészáros, pelo contrário, assume a forma de algo coisificado, na medida em que o capital social total entra em confronto com a totalidade do trabalho: “(...) o irreconciliável antagonismo entre o capital social total e a totalidade do trabalho” (MESZÁROS, 2011, P. 70).

*Sociedades pós-revolucionárias.* Este termo será melhor discutido mais à frente. Só o trouxemos aqui para avaliar a relação de determinação entre interesses de classe e elaboração conceitual. Mészáros rechaça o termo “capitalismo de estado”, empregado amplamente pelo comunismo de conselhos (PANNEKOEK; KORSCH; MATTICK, 1976); MATTICK (1974) e marxismo autogestionário (TRAGTENBERG, 2010); (VIANA, 2021), além

de alguns ideólogos do bolchevismo, como por exemplo, o maoísta Charles Betelheim (1976) etc. Nega tal terminologia, entre outras coisas, porque, para ele, o capitalismo é tão somente uma fase do “sistema do capital”, marcada pela propriedade privada, enquanto nos países onde houve processos “revolucionários” e, portanto, estatização dos meios de produção, instaura-se o que Mészáros denomina de “sociedades pós-revolucionárias”. Enquanto na “ordem sociometabólica do capital capitalista” domina o processo de exploração econômica do trabalho, na “ordem sociometabólica do capital pós-capitalista” realiza-se o processo de “extração política de sobretrabalho”.

Todo este malabarismo de palavras serve para dizer que não existe capitalismo no chamado socialismo real, mas existe capital, ou melhor, “sistema do capital”. Um inconveniente desta terminologia é que se qualifica todo um tipo de sociedade unicamente pelo uso do termo “pós”. Ou seja, estas sociedades são definidas não pelo que elas são, mas pelo que elas sucedem. Há mais dificuldades no uso desta terminologia, que apresentaremos mais à frente.

Como se vê, o esforço de Mészáros em supostamente renovar o marxismo significou, no que toca ao campo linguístico, nada mais que malogro. Suas novas palavras não significam avanços na compreensão do real pela episteme marxista. São mais, em verdade, termos luminosos que mais ofuscam a visão do que propriamente iluminam. Mas isto não é isento de pressupostos e interesses de classe. Isto ficará mais explícito no próximo tópico, quando abordarmos alguns elementos de autocrítica (leninista) de Mészáros. Ao criticar os “erros” do velho bolchevismo, objetivava Mészáros fazer avançar a compreensão de inúmeros processos político-econômicos do século XX, que entraram também pelo século XXI. Esta autocrítica é que lhe permite passar por renovador do marxismo. Como demonstraremos, aqui ele também malogra.

### **O Campo Cego: a burocracia**

Mészáros é, antes de mais nada, um leninista<sup>9</sup>. Isto está expresso em toda a sua obra. Tenta, contudo, atualizar as teses leninistas aos problemas políticos e intelectuais

---

<sup>9</sup> “O ‘socialismo de mercado’, sob uma variedade de denominações (inventadas para esconder sua natureza capitalista), teve duas linhagens. Na sequência histórica, a primeira linhagem foi a socialdemocracia reformista, e a segunda o stalinismo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 955). Como se vê, a crítica ao dito socialismo de mercado restringe-

do final do século XX e início do século XXI. Realiza várias críticas aos leninistas e observações muito brandas ao próprio Lenin. Não haveria nenhum problema nisto, não fosse o fato de Lenin e toda a ideologia leninista e o partido do qual ele foi principal liderança durante toda sua vida pública, ser um dos principais responsáveis pela derrota do movimento revolucionário da classe operária na Rússia<sup>10</sup>. Também, não haveria inconveniente algum não fossem as teses leninistas uma deformação burocrática do marxismo, em nome de renovar e fazer avançar a teoria de Marx no início do século XX, mas que tem efeitos deletérios até hoje<sup>11</sup>. Portanto, tanto no plano da consciência (que é ideológica), quanto na prática (organizações e ações políticas), o leninismo é um problema, um entrave ao movimento operário revolucionário. E, em hipótese alguma, consiste num avanço, do ponto de vista teórico, em relação a Marx.

Não temos condições de desenvolver aqui a crítica a Lênin, ao leninismo subsequente e à social-democracia. Já fizemos isto em outra oportunidade (MAIA, 2018), além de já haver uma imensa literatura a respeito, conforme indicado nas notas de rodapé abaixo. Cumpre, para os objetivos de nossa investigação, avaliar o sentido mais preciso da autocrítica de Mészáros com relação a isto. Quando nos referimos a autocrítica, não temos em mente que Mészáros a faça com relação a seus próprios escritos. Autocrítica aqui tem o sentido de concepção histórica mais ampla. Trata-se de um leninista avaliar criticamente o destino histórico da ideologia leninista e das organizações (partidos políticos etc.), práticas políticas e também aos tipos de sociedades que derivaram em grande medida das “revoluções” inspiradas em tais

---

se à social-democracia e ao stalinismo. Lenin é poupado. Isto é facilmente documentável em toda a obra de Mészáros, pois coisas como esta aparecem acerbamente em seus textos: “Lenin sempre teve a consciência da diferença fundamental entre a revolução política e a social (a qual denominou socialista), mesmo quando foi forçado de maneira irrevogável a defender a mera sobrevivência da revolução política, ao passo que Stalin ignorou essa distinção vital fingindo que o primeiro passo na direção de uma vitória socialista já representava o próprio socialismo, que deveria simplesmente ser seguido pela entrada “na etapa superior do comunismo” em uma país sitiado” (MÉSZÁROS, 2010, p. 30). Como se vê, esta é a famosa história leninista e trotskista da revolução russa, sendo Stalin o verdadeiro responsável pelo fracasso da revolução.

<sup>10</sup> Não tenho condições de desenvolver isto aqui, mas há uma ampla literatura sobre o significado dramático e nefasto do bolchevismo na experiência soviética. Cf. Brinton (1975); Korsch (1979); Guillerme e Bourdet (1976); Korsch, Mattick, Pannekoek, Ruhle, Wagner (1978), Tragtenberg (2007), Viana (2007), Maia (2017; 2018) etc.

<sup>11</sup> Além dos textos citados na nota anterior, pode-se conferir também: Pannekoek (1973), Korsch (1977) etc. Nestes, os autores demonstram como, do ponto de vista da teoria marxista, as teses de Lenin significam não um avanço em relação a Marx, mas, pelo contrário, sua deformação. O texto de Pannekoek, por exemplo, é cristalino ao afirmar que o materialismo de Lenin nem chega a ser marxista, histórico-dialético, ficando no nível ainda do materialismo burguês, ou seja, é pré-marxista.

ideologias e práticas políticas. Ou seja, o chamado “socialismo real”, que Mészáros prefere denominar “sociedades pós-revolucionárias” e nós, por nossa parte, denominamos “capitalismo de estado”.

Para iniciar nossa reflexão, vejamos como ele estuda o “sistema do capital” em suas diferentes formas históricas de aparição, ou seja, “sistema do capital capitalista” e “sistema do capital pós-capitalista”:

Capitalismo é aquela particular fase da produção de capital na qual:

A produção para a troca (e assim a mediação e dominação do valor-de-uso pelo valor-de-troca) é dominante;

A força de trabalho em si, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como mercadoria;

A motivação do lucro é a força reguladora fundamental da produção;

O mecanismo vital de extração da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores assume uma forma inerentemente econômica;

A mais-valia economicamente extraída é apropriada privadamente pelos membros da classe capitalista; e

De acordo com seus imperativos econômicos de crescimento e expansão, a produção do capital tende à integração global, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica (MÉSZÁROS, 2002, p. 1029).

Com base nesta lista, nada exaustiva, de características do “sistema do capital capitalista”, afirma que a única coisa em comum com o “sistema do capital pós-capitalista” é a extração de mais-valor. E mesmo assim, isto é feito nas “sociedades pós-revolucionárias” de modo diferente do que ocorre no capitalismo. Neste, a extração de mais-valor é econômica, naquelas sociedades, a extração de mais-valor é política. Se entendermos a política como sendo expressão dos interesses e luta de classes, tal como é comum a Marx e ao marxismo, então é notório que a exploração do proletariado no capitalismo é também política, pois expressa interesses de classe. Na visão mais limitada de Mészáros, que reduz a política ao fenômeno político como algo em separado (estado, partidos políticos etc.), temos de concluir que, também neste particular, Mészáros não faz avançar a concepção marxista do capitalismo de estado (termo que ele rejeita). Pelo contrário, sua análise expressa a concepção burguesa de política. É, pois, não-marxista.

Outro problema se apresenta. As categorias dialéticas de essência/existência são úteis para averiguar a fraqueza do pensamento de Mészáros. Marx, ao estudar o modo de produção capitalista, consegue determinar a essência deste tipo de produção social:

o processo de extração de mais-valor. Esta é a essência do modo de produção capitalista. A forma de se fazer isto varia historicamente (as várias fases ou regimes de acumulação ao longo da história do capitalismo estão aí para provar). Contudo, esta essência permanece. O que ocorreu no capitalismo de estado foi a realização de mais uma forma existencial de extrair mais-valor. Assim, tanto o capitalismo privado, quanto o capitalismo de estado são duas formas de existência, que manifestam uma mesma relação essencial, que é o processo de extração de mais-valor. Portanto, consideramos muito mais pertinente as terminologias capitalismo privado e capitalismo de estado do que “sistema do capital capitalista” e “sistema do capital pós-capitalista”. Isto porque as primeiras expressam formas de existência diferentes de um mesmo modo de produção, o capitalista, cuja essência é a extração de mais-valor da classe operária. Além do mais, a expressão capitalismo de estado define estas formas de sociedades pelo que elas são e não por um mero prefixo (“pós”).

Outro problema ainda da concepção de Mészáros é que a lista de diferenças entre os dois tipos de sociedades poderia, por exemplo, ser contrastada por uma outra lista, mas de semelhanças. As proximidades vão muito além do que a questão do mais-valor, por ele indicada. Por exemplo, são comuns a ambas as sociedades: existência da mercadoria e do mercado (a diferença é que este é rigorosamente controlado pelo estado no capitalismo de estado e mais flexibilizado seu controle pelo estado no capitalismo privado e isto varia historicamente dentro de ambas as formas de capitalismo); uso do dinheiro (seja como renda, seja como capital); presença do estado; ampla divisão social do trabalho (portanto de classes sociais), existência de um comércio mais amplo ou mais restrito; existência de forças armadas etc. Fiz esta breve lista, mais ou menos arbitrária, para demonstrar que as semelhanças entre as duas formas de sociedades são maiores do que julga Mészáros. Mais uma vez, as tentativas de Mészáros em inovar ou revitalizar o marxismo são totalmente malogradas.

Afora esta questão de terminologia, o que a subjaz é a perspectiva de classe. Mészáros, como bom leninista, um *neoleninista*, podemos assim qualificar sua produção, pois esforça-se em realizar críticas ao regime soviético (o que é inconcebível do ponto de vista, por exemplo, de uma stalinista), almeja revitalizar o marxismo (o que quase sempre foi malgrado, como estamos demonstrando), discute temas derivados do

próprio desenvolvimento do capitalismo (complexo industrial militar, as contradições do capitalismo de estado, a reabertura política e econômica da era Gorbachev, a questão ambiental etc.).

Contudo, existe um ponto nodal de fraqueza em sua argumentação, que deriva exatamente de sua perspectiva de classe, que é burocrática e não proletária. Isto interfere em seu campo perceptivo e alguns fenômenos não são visíveis de seu ponto de vista ou só são vistos de modo bastante deformado.

Este é o caso do ser de classe da burocracia e de todo o fenômeno burocrático daí derivado. Sua crítica ao capitalismo de estado, ou para utilizar sua terminologia, “sistema do capital pós-capitalista” ou “sociedades pós-revolucionárias”, torna-se limitada exatamente porque ele evita ou nem toma pé de que está partindo da perspectiva de classe da burocracia (e não do proletariado) para se criticar o fenômeno de burocratização no estabelecimento das sociedades capitalistas estatais. Este elemento epistêmico (seu campo axiomático) não é totalmente claro para ele próprio e isto inviabiliza sua compreensão concreta do fenômeno estudado. Isto apesar de todo o esforço por ele realizado para dizer que o “sistema do capital” é ainda o motor que move aquelas sociedades. Este mesmo problema implicará também em sua ideologia da transição, como veremos no próximo tópico.

Após criticar qualquer possibilidade de transformação efetiva por meio do sistema parlamentar (o que é correto), pois este não consegue jamais alterar as relações de produção capitalistas, afirma:

Isso é o que traça a linha de demarcação entre a revolução socialista, que é socialista em sua intenção – como a Revolução de Outubro de 1917 -, e a “revolução permanente” de transformação socialista efetiva. Sem a transferência progressiva e total da tomada de decisões reprodutivas e distributivas materiais aos produtores associados, não pode haver esperança para os membros da comunidade pós-revolucionária de se transformarem em sujeitos do poder (MÉSZÁROS, 2010, p. 140).

Em suas observações sobre o processo revolucionário na Rússia, até onde pudemos identificar, não há referências de Mézáros aos meses que antecederam outubro de 1917, quando eram os operários, através dos soviets, que encaminhavam todas as ações, decisões e discussões políticas. Os vários partidos e organizações de

revolucionários (entre elas os bolcheviques) estavam a reboque do movimento operário, que se levantava espontaneamente e autonomamente.

Também, nas referências de Mészáros ao processo revolucionário russo, estão ausentes os embates entre os soviets e os sindicatos, os soviets e o Partido Comunista Russo, sobretudo após 1919, quando o PC já havia se consolidado no poder de estado. Isto expressa bem o modo como a história da revolução russa é contada pelos bolcheviques, que abolem de seu campo perceptivo o caráter deletério do PC para as ações do movimento operário. Isto é facilmente verificável, por exemplo, na grande *História da Revolução Russa* de Trotsky (1967), que apesar de ser um bom livro, exclui de sua análise momentos decisivos daqueles acontecimentos, como os massacres que o Exército Vermelho realizou sobre os marinheiros de Kronstadt e os camponeses da Ucrânia, que decidiram não se submeter ao poder do PC já aboletado no estado.

Também não é referido nas discussões de Mészáros sobre este processo, por exemplo, a luta encarniçada mesmo dentro do próprio PC russo, onde vários grupos de oposição a Lênin e Trotsky já denunciavam o caráter burocrático do partido e o significado paralisante que o mesmo passava a ter em relação ao desenvolvimento do movimento operário na Rússia, estagnando assim o processo revolucionário<sup>12</sup>.

Em uma palavra, não existe na análise de Mészáros acerca destes processos uma luta de classes entre proletariado e burocracia. Esta classe é um campo cego em sua ideologia. Isto ficará ainda mais claro, quando colocarmos sob escrutínio, no próximo tópico, sua tão falada “teoria da transição”, subtítulo de seu volumoso *Para Além do Capital*.

Por ora, para demonstrar a veracidade de nossa argumentação, vejamos o que ele diz:

---

<sup>12</sup> Basta, para demonstrar isto, consultar, por exemplo, o relato de Alexandra Kollontai e a formação da Oposição Operária para se ter uma dimensão das críticas que já se dirigiam, mesmo de dentro do partido, a partir de 1919/1920 (KOLONTAI, 1980). O estudo de Viana (2007) apresenta uma visão totalizante de todas as tendências dentro e fora do partido que já se opunham ao burocratismo e autoritarismo que caracterizava o PC russo, mesmo dentro do processo revolucionário. Isto ainda antes da NEP ou mesmo de Stálin. A análise de Arvon (1984) é esclarecedora quanto ao autoritarismo do PC contra os operários que não se submetiam. O massacre de Kronstadt sempre irá depor contra o bolchevismo, contra o PC russo, contra Lenin, contra Trotsky (este era o general do exército vermelho que marchou sobre o sangue dos operários insubordinados dos estaleiros de Kronstadt).



Assim, na concepção de Marx, as exigências objetivas e subjetivas de uma transformação socialista – a plena emancipação do trabalho em relação à divisão social do trabalho prevalecente [*frase sem sentido. Não é o trabalho que se emancipa, mas a classe operária. LM*] – estipulam uma forma política (o Estado proletário) [*não custa lembrar que Marx inúmeras vezes criticou esta ideia de um estado operário. LM*] sob a qual a transição da velha para a nova sociedade deve ser realizada, enquanto este próprio Estado transicional é chamado a atuar simultaneamente como senhor e escravo do longo processo de emancipação [*senhor e escravo? Isto é bem revelador LM*]. Tal Estado não teria interesses próprios a defender [*quem estaria ocupando os cargos de comando deste estado? LM*], apesar de sua função inquestionavelmente estratégica – como forma política específica da necessária “coordenação nacional” da vida social – em relação à divisão do trabalho, cuja continuação é inevitável (mesmo que progressivamente menor) para todo o período de reestruturação radical. Parece não haver contradição em solicitar que a nova forma política elabore a emancipação econômica do trabalho [*mas não são os trabalhadores quem a devem elaborar? LM*], pois a classe trabalhadora teria completo controle sobre o processo político em uma estrutura social onde os interesses daqueles que controlam diretamente a máquina do Estado transicional [*para parafrasear Lenin, não é a simples cozinheira que está nos altos cargos deste estado proletário? LM*] e os interesses da sociedade como um todo coincidiriam plenamente [*uma sociedade ainda dividida em classes, mas estas teriam interesses coincidentes. Bela dialética. Classes sem luta de classes. LM*] (MÉSZÁROS, 2002, p. 1047/1048).

Diante de tais absurdos lógicos, só o que fica evidente é a ideologia política da burocracia que ainda subjaz todo o discurso. Todo o esforço discursivo para eliminar a burocracia do campo de visão torna-se cristalino com estas palavras. A divisão do trabalho (mesmo que menor) continua existindo dentro da “sociedade de transição”. Nesta “sociedade de transição” existe ainda um estado (que é proletário, certamente). Quem ocupa os altos cargos deste estado é um enigma, nunca é nominado nos textos de Mézáros. Contudo, é exatamente este estado que elaborará a “forma política” de “emancipação econômica do trabalho”. A deformação do texto de Marx (2011) sobre a Comuna de Paris é aqui evidente. Marx afirma que a Comuna é forma política de emancipação econômica do trabalho, a forma enfim descoberta de realizar o comunismo. Mézáros transforma esta tese de Marx em algo diferente, pois para ele trata-se do estado operário (uma forma separada da classe trabalhadora, um estado que é senhor e escravo), que elaborará a forma política (política como algo separado) de emancipar o trabalho (o lugar de atividade dos trabalhadores). Mézáros não ouviu o conselho de Lenin (embora também Lenin jamais tenha de fato realizado algo assim), de colocar a simples cozinheira para administrar o estado. Quem fará isto (administrar o estado) é outra classe, a burocracia, mas esta nunca é nomeada. Além do mais, os interesses dela, do movimento operário revolucionário e do conjunto da sociedade

devem coincidir. Mészáros, magicamente, elimina a luta de classes, sem eliminar as classes. Este é o *non plus ultra* da “dialética” da burocracia.

Mas isto aparece também em suas reflexões em momentos ainda recuados da luta da classe operária, ou seja, quando ainda não se chegou à tão falada “fase de transição socialista”. Novamente, a autocrítica de Mészáros é bem limitada. Primeiro, para dar provas de que ele tem um real interesse em renovar a “teoria socialista”, em fazer balanço crítico das experiências e práticas passadas, coloco as seguintes palavras dele:

A negação revolucionária do sistema do capital só será concebível por meio de uma intervenção organizacional estrategicamente sustentada e consciente. Embora a rejeição tendenciosamente parcial da “espontaneidade”, por ser uma suposição sectária, deva ser tratada com as críticas que merece, não é menos nocivo subestimar a importância da consciência revolucionária e os requisitos organizacionais de seu sucesso [*a questão é: quais são estes requisitos e quais são estas organizações? LM*]. O fracasso histórico de alguns partidos importantes da Terceira Internacional, que uma vez professaram objetivos leninistas e revolucionários, como os partidos comunistas italiano e francês acima citados, não deve distrair nossa atenção da importância da recriação das organizações políticas em um terreno muito mais seguro, por meio das quais se realizará no futuro a transformação socialista vital de nossas sociedades [*quais organizações são estas? LM*]. É evidente que uma reavaliação crítica contundente do que deu errado até agora é a parte mais importante desse processo de renovação. O que neste momento se mostra perfeitamente claro é que a queda desintegrativa desses partidos na ladeira escorregadia da armadilha parlamentar oferece uma importante lição para o futuro (MÉSZÁROS, 2010, p. 46)

Deve-se criticar o sectarismo das críticas leninistas à espontaneidade. Mas deve-se criticar a espontaneidade revolucionária da classe trabalhadora? Ele não o diz. E afirma que é nocivo subestimar a importância da consciência e da organização revolucionária. Só não o diz também se por consciência revolucionária está considerando o que o velho movimento socialista social-democrata e bolchevique chamavam de consciência revolucionária, ou seja, a “ciência socialista”, a qual os operários eram incultos demais para compreender por si mesmos, por isto só podiam chegar a uma consciência tradeunista, ou seja, sindical (segundo a fórmula clássica de Lenin e Kautsky). Também, a quais organizações ele está se referindo (os partidos políticos? Os sindicatos? Os conselhos operários? Quais?). Deve-se fazer uma “reavaliação” crítica de tudo isto, inclusive o parlamento é uma armadilha desintegrativa dos partidos, ditos revolucionários. Vê-se, assim, que ele se propõe fazer uma autocrítica. Mas esta é

limitada, como estamos demonstrando ao longo de nosso texto. Contudo, é necessário compreender melhor o significado desta autocrítica.

Após criticar a divisão de um “braço político” (partidos) e um “braço econômico” (sindicatos) dentro do “movimento socialista”, afirma:

Nesse sentido, sindicatos e partidos da classe trabalhadora devem ser combativos nos terrenos sindical e político, ao mesmo tempo. Só terão sucesso na emancipação dos trabalhadores se seu princípio orientador básico for uma mudança abrangente no quadro da reprodução societária (MÉSZÁROS, 2011, p. 151).

E, em outra obra, ele o diz mais claramente:

É compreensível, portanto, em vista da experiência histórica infeliz com os dois tipos principais de partido político, que não haja esperança de rearticulação radical do movimento socialista sem que se combine completamente o “braços industrial” do trabalho com seu “braço político”: o que se fará, de um lado, conferindo poder de decisão política significativa aos sindicatos (incentivando-os assim a ser diretamente políticos), e de fazer os partidos políticos adotarem uma atitude desafiadoramente ativa nos conflitos industriais como antagonistas irredutíveis do capital, assumindo a responsabilidade por sua luta dentro e fora do parlamento (MÉSZÁROS, 2003, p. 92).

Para arrematar esta questão, ainda pode-se ler:

A destruidora força extraparlamentar do capital não poderá ser derrotada por meio de respeitosa conformidade com as regras do jogo parlamentar. Essa derrota do capital requer uma mobilização extraparlamentar combativa de massas em apoio às forças políticas radicais da classe que tiverem participação parlamentar. Tudo isso implica uma mudança fundamental na orientação do “braço sindical” da classe trabalhadora (MÉSZÁROS, 2011, p. 153).

Eis toda a estratégia revolucionária, tal como pensa Mézszáros. Reproduz em seu discurso o que foi, na prática dos partidos (de esquerda) e sindicatos, a tônica destas organizações ao longo de todo o século XX. O primeiro ponto a ser questionado é a aceitação de uma tal divisão do “braço político” e do “braço industrial” da classe trabalhadora. Esta tese é uma versão melhorada do pensamento de Lênin, que pretendia que o partido de vanguarda (braço político) levasse a consciência socialista para a classe trabalhadora, que só conseguiria, por si mesma, chegar a uma consciência sindical (sendo os sindicatos o braço industrial). Para Mézszáros, diferentemente, trata-se de unificar os dois braços e não de um dirigir o outro.

Quando se analisa o movimento da classe operária (e não somente a dinâmica destas duas instituições, partidos e sindicatos), compreende-se que a ação do movimento operário, dentro da fábrica, por exemplo, articulando-se regional e

nacionalmente, em momentos de radicalização de sua luta, é também luta política. O que subjaz a esta tese de Mészáros é a concepção leninista, portanto semiburguesa de política, que é restrita e limitada ao estado, parlamento, partidos políticos etc. De uma perspectiva marxista (que não é certamente a de Mészáros), a luta de classes, a luta da classe operária (que não é sinônimo de partido e sindicato) é luta política. A política não é algo separado da luta dos trabalhadores. Assim, somente de um ponto de vista burguês (e burocrático) é que se pode aceitar a divisão de um “braço político” e um “braço econômico” no movimento da classe trabalhadora. Após aceitar a separação, a estratégia consiste em unir o separado, que, de um ponto de vista real, concreto, nunca esteve separado. Novamente, a “dialética” de Mészáros é antimarxista, ou seja, antiproletária.

Antiproletária exatamente porque seu pensamento não é expressão teórica do movimento do proletariado autodeterminado, ou seja, revolucionário<sup>13</sup>. Contrariamente ao que possam pensar leitores mais devotos de Mészáros, não há uma unidade entre meios e fins em seu pensamento. Defende, como fim, como objetivo do “movimento socialista” (que nem sempre é coincidente com movimento da classe operária) a realização do socialismo, comunismo, autogestão (ele utiliza estas três expressões, sendo a última a menos vezes empregada). Isto implica em ir “além do capital”, ou seja, do “sistema do capital”.

Apesar do problema da linguagem, como já demonstramos, sua suposição é correta. Contudo, há aqui algumas dificuldades que é necessário pontuar, pois o modo como Mészáros analisa tal processo de engendramento do novo é bem problemático. Sua linguagem expressa uma dificuldade analítica, que é política, ou seja, expressão de interesses de classe. O antagonismo entre “capital” e “trabalho”, tão amplamente citado por Mészáros, oculta um outro, que é ausente na análise do leninista húngaro: a luta entre classe operária e a burocracia (sindical e partidária, principalmente, mas também estatal).

---

<sup>13</sup> Para nós, concordando com Korsch (1977), o marxismo é expressão teórica do proletariado enquanto movimento revolucionário.

Ele vê unidade de interesses onde, na verdade, existe luta de classes. Além de confundir instituições sindicais e partidárias (que são organizações burocráticas) com o próprio movimento operário. Na última citação acima, isto fica explícito. Afirma que a força extraparlamentar do capital não pode ser combatida segundo o *fair play* parlamentar, ou seja, para utilizar sua linguagem, o “trabalho” deve agir de forma extraparlamentar. Também, o “trabalho”, em seu “braço econômico” (sindical), deve apoiar as forças do “trabalho” que atuam dentro do parlamento (os partidos de esquerda, que expressam os interesses do “trabalho”).

Transcrevendo isto em linguagem marxista, o que Mészáros propõe é: a burocracia sindical deve encaminhar suas demandas e ações (com apoio da “massa”) sem ter em conta as regras do jogo parlamentar, já que a dominação do capital é extraparlamentar por excelência. Também, esta burocracia sindical deve apoiar a burocracia partidária (do bloco progressista, ou seja, os partidos de esquerda), que fala em nome dos trabalhadores e supostamente defende seus interesses dentro do parlamento. Assim, mediante uma unificação de interesses entre burocracia partidária e burocracia sindical, os referidos braços do trabalho romperiam com a separação de que padecem hoje. Tudo isto, certamente, só terá efeito para uma “emancipação socialista abrangente” se contar “(...) com o envolvimento direto das grandes massas” (MÉSZÁROS, 2010, p. 50).

Ele defende que o “trabalho”, ou seja, que a classe operária seja autônoma, que aja independentemente do “capital” e do “estado”. Contudo, esta autonomia se realiza nos partidos e nos sindicatos<sup>14</sup>. Qualquer estudo das experiências revolucionárias do século XX (revoluções russa de 1905 e 1917, alemã de 1919, húngara de 1919, maio de 1968

---

<sup>14</sup> “De fato, o grande potencial emancipatório dos sindicatos consiste precisamente em sua capacidade de assumir (pelo menos em princípio) um papel político radical, bem além da função política conservadora que hoje tendem em geral a cumprir” (MÉSZÁROS, 2010, p. 34). Não analisa os sindicatos como organizações burocráticas, cuja classe burocrática dirigente destas instituições não se dispõe à radicalização. Em momentos revolucionários ou de intensa radicalização da luta proletária, os sindicatos, com suas imensas estruturas, ao invés de serem alavancas e potencializadores da luta, são, pelo contrário, elemento paralisante. E continua Mészáros: “E tal potencial [de radicalização. LM] é viável pela tentativa consciente de superar a fatídica separação entre o braço industrial do movimento operário (eles próprios) e o braço político (os partidos no parlamento), separados sob o invólucro capitalista de ambos por meio da aceitação da dominação parlamentar pela maioria do movimento operário ao longo dos últimos 130 anos” (MÉSZÁROS, 2010, p. 34). A expressão mais radical do oportunismo está aqui em confundir, conscientemente, movimento operário, partidos no parlamento e instituições sindicais. É aqui que se revela a burocracia como um campo cego no pensamento de Mészáros, onde os interesses da burocracia (partidária e sindical) são travestidos em interesses da classe operária.

na França, as várias insurreições operárias dentro do capitalismo de estado, como, por exemplo, a Primavera de Praga em 1968, Polônia e 1980 etc.) dão cabais provas de que a relação entre burocracias partidárias e sindicais e classe operária não são tão harmoniosas como se depreende dos textos de Mészáros. São, deveras, marcadas por conflitos encarniçados. Por questão de espaço e foco analítico, não é possível fazer qualquer análise disto aqui, para tanto, consulte as referências indicadas nas notas 10, 11 e 12 citadas anteriormente.

Vale, contudo, registrar que este ocultamento da classe burocrática no pensamento de Mészáros revela, na verdade, o campo axiomático (valores e interesses) de onde brota seu pensamento. A burocracia é nele um campo cego, exatamente porque falando em nome da classe operária, Mészáros expressa os interesses de classe da burocracia, que devem ser ocultados. Ao ocultar os interesses de classe da burocracia, discursivamente falando em nome do proletariado, o leninista húngaro, com nova linguagem, ressuscita velhas concepções do leninismo, que tão nefastas foram para o movimento da classe operária, tal como a ideologia da transição socialista, objeto de nossa investigação na seção seguinte.

### **O leninismo redivivo ou um reformismo para o Século 21: uma nova velha “teoria” da transição**

O volumoso livro *Para Além do Capital* tem como subtítulo *Rumo a Teoria da Transição*. Isto não é gratuito, tendo em vista o espírito da obra de Mészáros, que pretende rever, atualizar o marxismo, para com isto contribuir com a *práxis* política do “movimento socialista” no final do século XX e início do século XXI. Compreender, portanto, o significado desta “teoria da transição” é uma demanda concreta para um entendimento do pensamento político deste autor.

Trata-se de tema extremamente complexo. Envolve uma ampla literatura a respeito, tanto de apologetas, quanto de críticos, que infelizmente, Mészáros não se põe a analisar. Seu ponto de partida é a concepção de Lênin, que Mészáros julga encontrar em Marx, sobretudo no livro *Crítica do Programa de Gotha* (MARX, 2002a), o que, como já demonstrado em várias pesquisas, mostra-se falso (FERREIRA; TELES, 2021). A

chamada “teoria da transição” é leninista e não marxista. Inicia-se com Lênin e não com Marx. Não temos espaço para discutir o pensamento de Lenin, demonstrar como se diferencia do de Marx, bem como comparar os três autores: Marx, Lenin e Mészáros. Nosso foco analítico é o modo particular como este último aborda a questão. Em tempo, apresentaremos as diferenças, quando nos for possível, entre suas teses e as de Marx.

Para Mészáros:

Faz parte da natureza mais íntima do confronto entre capital e trabalho que nenhum dos dois antagonistas principais pode ser simplesmente abandonado morto no campo de batalha. A “abolição do capital”, como um ato (em oposição a um lento processo de reestruturação que se arrasta, é tão absolutamente irrealista quanto a repentina “abolição do Estado” ou a “abolição do trabalho”. Os três permanecem e “caem” juntos. (De fato Marx fala de “*Aufhebung*”, um processo histórico complexo de “superação-preservação-elevação a um nível superior”<sup>15</sup>). Isto faz a transição ao socialismo não apenas complexa mas, ao mesmo tempo, abre um vasto terreno para as manifestações da “astúcia da história”, supostamente benevolente, no que ela tem de pior (MÉSZÁROS, 2002, p. 546).

O socialismo é o resultado da “superação” (*aufhebung*) do “sistema do capital”, ou seja, do capital, do trabalho e do estado. Ou os três são “transcendidos”, “superados” juntos ou não são de jeito nenhum. O trabalho, entendido como um metabolismo entre o ser humano e a natureza, nunca será nem abolido, nem transcendido, nem superado. É condição para a existência da vida humana. A transição consiste exatamente no longo período em que o “sistema do capital” não foi “superado”, “transcendido” integralmente ainda, mas que exista um “movimento de massa socialista” que esteja a ele se opondo.

Há aqui um problema a resolver. A tradução do termo *aufhebung* como sendo superação é correto. O que é estranho é o complemento que geralmente se faz de que se trata de superação com conservação, tal como indicado na citação. Mészáros realiza toda uma discussão para demonstrar que a fase de “transição socialista” consiste neste *aufhebung*, onde o “sistema do capital” vai sendo superado, transcendido (mas não abolido). Não há para ele a possibilidade de o “capital”, o “estado” e o “trabalho” (que para ele é equivalente de classe trabalhadora) serem abolidos. Somente podem ser

---

<sup>15</sup> Dá-se a entender que o trecho entre aspas é de Marx, mas não é indicado de qual obra se retirou isto e até onde temos conhecimento, isto é estranho ao pensamento de Marx sobre o tema.

superados, transcendidos. E esta superação, transcendência implica elevar-se a um nível superior, onde elementos são preservados.

Dito neste nível altamente genérico e abstrato de argumentação, parece ter algum sentido. Contudo, numa apreensão concreta da luta de classes, no estudo dos processos revolucionários concretos, uma tal ilação, apesar da luminosidade de sua elaboração, perde em significado. Mézáros sempre caminha neste nível mais genérico quando trata destas questões, por isto fica fácil justificar seus pontos de vista. Quando se desce, contudo, ao chão duro da luta de classes, estas palavras se tornam vazias.

A relação entre movimento operário, estado, classe capitalista etc. é, em momentos de radicalização das lutas sociais, algo bem dramático. Quando a classe operária consegue estabelecer, via suas organizações (conselhos, comitês, comunas etc.) uma hegemonia em amplos setores da sociedade, consegue controlar (mesmo que temporariamente) os meios de produção, bem como determinados territórios dentro de um país etc., está-se dentro de um processo revolucionário. Quando isto ocorre, chega-se ao nível da concretização de uma dualidade política (ou de poderes, como é mais comumente conhecida). Em momentos como este, este jogo de palavras perde em significação, pois o que está em jogo é: ou o movimento revolucionário avança e abole o estado e o capital ou o estado e o capital conseguem retomar o controle e a contrarrevolução se concretiza. É assim que se coloca a questão. Isto ficará mais explícito logo adiante.

É neste espírito que ele afirma:

Se, então, “reestruturar a economia” significa igualmente “reestruturar a sociedade” como um todo – “de cima a baixo”, como Marx uma vez sugeriu – não pode haver nenhum desacordo com esse propósito. Mas é sempre bom enfatizar que as resistências e os obstáculos a serem superados, no curso da realização de tal objetivo, estão limitados a permanecerem primariamente político-sociais por todo o período histórico de transição cujo objetivo é ir para além do capital a fim de criar as estruturas socioeconômicas da “nova forma histórica” (MÉSZÁROS, 2011, p. 88).

Aqui, ele está correto. Reestruturar toda a sociedade, de cima a baixo. Não pode haver desacordo quanto a este ponto. Sim, a autogestão é efetivamente uma transformação radical e total de toda a sociedade. Trata-se de “ir para além do capital”, para empregar a linguagem de Mézáros. Utilizando o campo linguístico da episteme marxista, trata-se de abolir o modo de produção capitalista e o conjunto da sociedade



burguesa dele derivada. Isto ocorrerá mediante o processo de criação de “estruturas socioeconômicas da nova forma histórica”. Utilizando uma linguagem marxista, significa dizer que no processo de abolição do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa em seu conjunto, novas relações sociais são criadas. Em embrião, já nascem mesmo dentro da sociedade burguesa, como resultado do processo de luta da classe operária e demais classes inferiores (bom, mas esta não é a linguagem de Mészáros, nem estas são suas conclusões).

É exatamente a passagem da velha sociedade burguesa (o sistema do capital) para a nova sociedade, ou seja, a autogestão social (sociometabolismo socialista) é que é objeto de controvérsia. Apesar de todo o esforço de Mészáros em criticar o capitalismo de estado (“ordem do capital pós-capitalista”), em apontar críticas à divisão dos braços industrial e político do trabalho etc. ele ainda está afugentado na velha ideologia da transição de caráter leninista, que, inclusive, foi base de justificação ideológica para o que ele critica sob o nome de “sistema do capital pós-capitalista” ou “sociedades pós-revolucionárias”.

Ao atualizar e revisar alguns pontos da ideologia leninista, ele tão-somente conseguiu revitalizar um velho discurso, cujas práticas, instituições, formas de ação e discursos ideológicos são empecilhos ao processo de engendramento da nova forma de sociedade. Se o que tais instituições (partidos, sindicatos, estados comunistas etc.) fizeram ao longo do século XX são inquestionavelmente antirrevolucionários, é necessário fazer a crítica. Isto Mészáros se esforça em demasia para realizar. Os limites desta crítica, apontamos alguns momentos anteriormente. Seria impossível qualquer revitalização do leninismo sem que esta crítica, autocrítica, fosse feita.

Contudo, e por estranho que possa parecer, é ausente em Mészáros uma análise concreta da luta proletária. Exceto em alguns momentos quando fala da luta dos mineiros ingleses contra as reformas neoliberais de Margareth Thatcher (exemplo citado inúmeras vezes ao longo de seus trabalhos), nas referências aos sindicatos e aos partidos (os referidos braços do “trabalho”) e em palavras soltas como “movimento socialista de massa”, “ação extraparlamentar do trabalho”, “consciência de massa socialista”, não existe em Mészáros análises concretas das lutas proletárias ao longo do século XX. As referências às revoluções russas, quase nunca indicam o processo de ação autônoma e

espontânea da classe operária. As inúmeras outras experiências revolucionárias (alemã de 1919, húngara de 1919, espanhola de 1936 a 1939, Maio de 1968 na França, Revolução dos Cravos em 1975 etc.) estão totalmente ausentes, exceto em breves referências esparsas e sem tratamento teórico. Experiências mais recentes então (que não necessariamente são proletárias), a partir de finais dos anos de 1990, que são, do ponto de vista político, ainda mais recuadas do que as revoluções do início do século XX, nunca são nem mencionadas (emergência dos Zapatistas no México a partir de meados de 1990, a grande luta do lumpemproletariado na Argentina de meados dos anos de 1990 com grande auge em 2001, as lutas no México como a Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca em 2006, o chamado Movimento Antiglobalização etc.).

Indico estes breves exemplos de experiência concreta de luta, seja da classe operária, da classe lumpemproletária ou de movimentos sociais e setores mais amplos da sociedade, para atestar a tese que é a partir da análise concreta da luta dos trabalhadores (sobretudo a classe operária), que se pode pensar o processo de engendramento da nova sociedade autogerida, ou seja, a autogestão social (termo que prefiro a “ordem sociometabólica socialista”)<sup>16</sup>.

É sempre neste nível genérico que sua argumentação se desenvolve:

A alternativa, ao ardil desse caminho, é utilizar os potenciais crítico-libertadores inerentes ao momento historicamente favorável à política socialista [*quem realiza esta política socialista? LM*], bem como tornar suas metas radicais uma dimensão permanente do corpo social como um todo, defendendo e difundindo seu próprio poder transitório por meio de uma efetiva transferência de poder para a esfera da autoatividade da massa [*quem transfere tal poder à massa? LM*] (MÉSZÁROS, 2011, p. 90) (grifos meus).

Como se vê, atesta-se uma separação, que aparece ao nível da linguagem, de quem elabora a política socialista e quem a executa, ou seja, o “movimento socialista” (os partidos e os sindicatos, ou seja, os dois braços do trabalho unificados?) transfere o poder às massas para que estas exerçam sua autoatividade. Como tal autoatividade é realizada? Em quais organizações? Quais experiências históricas já se desenvolveu no seio da classe operária que ajudariam a dar respostas a tais questões? Até onde

---

<sup>16</sup> Em Maia (2019), fazemos um aprofundamento sobre o significado das experiências luta, empreendidas desde fins da década de 1990 até os dias atuais, para uma estratégia revolucionária para o século XXI.

identifiquei, a partir do estudo concreto das principais obras de Mészáros, reina aí uma lacuna.

Isto pode ser verificado novamente na citação que segue:

O único caminho, entretanto, no qual o momento histórico da política radical pode ser prolongado e estendido – sem, eis o ponto, recorrer a soluções ditatoriais, contra as intenções originais – é *fundir o poder de tomada de decisão política com a base social* da qual ele foi alienado durante tanto tempo, criando, por esse meio, um novo modo de ação política e uma nova estrutura determinada genuinamente pela massa – de intercâmbios socioeconômicos e políticos. É por isso que uma “reestruturação da economia” socialista só pode processar-se na mais estreita conjugação com uma reestruturação política, orientada pela massa, como sua necessária precondição (MÉSZÁROS, 2011, p. 90).

É sempre neste nível genérico de argumentação que esta discussão é apresentada por Mészáros. O “trabalho” deve ter seus braços “industrial” e “político” unificados. Isto deve constituir o “movimento socialista”, que sem apoio das massas não terá qualquer chance de vitória. A ideia da “massa” apoiar a ação do “movimento socialista” já é em si emblemática, pois expressa no nível da linguagem uma separação real, ou seja, entre organizações burocráticas (partidos de esquerda e sindicatos) e proletariado (massas, na linguagem empregada neste texto por Mészáros).

Mészáros se esquivava de estudar concretamente o movimento operário, suas organizações e lutas, experiências revolucionárias etc. As referências são sempre aos sindicatos e aos partidos. Quando se refere, por exemplo, aos conselhos operários (que sempre são organizações que emergem em momentos revolucionários e quase sempre em oposição, luta contra os partidos e sindicatos), são sempre citações discutindo, via de regra, a obra de Lukács *História e Consciência de Classe*. Pelo que se depreende do estudo de seus textos, não há outras referências a estas organizações, nem há estudos concretos do movimento operário dentro das experiências revolucionárias ao longo do século XX. Assim, ele dilui a luta proletária (suas organizações, práticas, experiências, revoluções, concepções etc.) numa insossa “ação de massas”. Não segue, neste particular, o conselho de Marx (s/d) em sua polêmica contra Proudhon, que, ao criticar os socialistas de então, afirma que não é necessário se dedicar a pensar em detalhes a sociedade do futuro (e é bom frisar que Mészáros não faz isto), mas sim, estudar e observar a luta da classe operária que se desenrola diante de nossos olhos. Mészáros tinha todo o século XX como laboratório de estudos para compreender as dinâmicas,

fracassos, vitórias, formas de organização, embates, lutas etc. da classe operária. Entretanto, ele não o fez. As breves referências aos conselhos operários (dentro da obra de Lukács), a sub-reptícia apologia dos sindicatos e dos partidos políticos (ditos de esquerda, revolucionários etc., isto mesmo apesar das críticas que ele dirige a tais instituições) e as referências abstratas sobre “massas” são seu único legado analítico quanto a este ponto.

Por último, é necessário apreciar de modo mais direto o significado real da “fase de transição socialista”, tal como articulada por Mészáros. Como já apontamos antes, esta ideia de fase de transição é derivada dos escritos de Lênin, sobretudo seu *O Estado e a Revolução*. Depois disto, esta tese, sempre baseada nos escritos deste, sofreu algumas mutações, foi aprofundada por outros etc. Contudo, a base está ali e não em Marx. Esta ideia de fase de transição é alheia aos escritos de Karl Marx. Mesmo seu *Crítica do Programa de Gotha*, onde geralmente os adeptos desta concepção vão tentar encontrar uma fase de transição em Marx, nada tem a ver esta tese.

Marx fala neste texto de duas fases da sociedade comunista<sup>17</sup>. A primeira, que sucede imediatamente o processo revolucionário e, portanto, ainda carrega algumas limitações típicas da sociedade burguesa, mas que, na segunda fase da sociedade comunista, o desenvolvimento social se dará já nas bases do novo modo de produção. Como se vê, em Marx não há uma teoria da transição, exatamente por que para ele não existe esta tal “fase de transição socialista”, que seria uma longa fase histórica, um tipo de sociedade específica que seria uma espécie de mediação entre o capitalismo e o comunismo.

Na *Crítica do Programa de Gotha*, ainda se pode ler:

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, há o período de transformação revolucionária da primeira na segunda. A esse período corresponde também um período de transição política em que o Estado não

---

<sup>17</sup> “Trata-se aqui de uma sociedade comunista, não tal como se desenvolveu em suas próprias bases, mas, ao contrário, tal como acaba de surgir da sociedade capitalista. Portanto, ela apresenta, em todos os aspectos – os estigmas da antiga sociedade que a engendrou” (MARX, 2002a, p. 104). Como se vê, Marx não trata aqui de uma “fase de transição”, que seria um outro tipo de sociedade (diferente da capitalista e da comunista) que consiste numa longa transição entre uma e outra. Marx fala em dois momentos da sociedade comunista, ou seja, aquela que resulta do processo revolucionário. Na primeira fase, ainda carrega os “estigmas” da velha sociedade. Na segunda, já se desenvolve de acordo com as novas bases.

poderá ser outra coisa que a ditadura revolucionária do proletariado (MARX, 2002, p. 123).

Marx fala aí de um período revolucionário e não de uma suposta fase de transição, que delongaria toda uma época histórica. Este período revolucionário nada mais é do que a ditadura do proletariado<sup>18</sup>, em que a classe operária realizaria, por meio desta ditadura, a supressão da velha sociedade e neste processo se criaria as bases da nova. Se o processo revolucionário avança, entra-se assim na primeira fase da sociedade comunista (que mal chegou a ser esboçada, mesmo nas revoluções proletárias mais radicais do século XX). Se a contrarrevolução (burguesa ou burocrática) prevalece, quer dizer que o movimento revolucionário está sendo derrotado.

Diante disto, é de causar surpresa uma afirmação como esta:

Devemos sublinhar aqui que os adversários de Marx falharam completamente em compreender a necessária interligação entre Estado, capital e trabalho, e a existência de planos e dimensões absolutamente diferentes de mudança possível. Dada sua relação de auto-sustentação recíproca, Estado, capital e trabalho poderiam apenas ser eliminados simultaneamente, como resultado de uma transformação estrutural radical de todo o sociometabolismo. Neste sentido, *nenhum dos três poderia ser “derrubado nem abolido”, mas apenas “transcendido e superado”*. Este limite, por sua vez, necessariamente traz consigo a extrema complexidade e *temporalidade de longo prazo de tais transformações* (MÉSZÁROS, 2002, p. 576) (grifos meus).

O período de transformação revolucionária da sociedade em Marx converte-se em um longo período em que o estado, o capital e o trabalho, ou seja, o sistema do capital, são transcendidos-superados-preservados, mas não abolidos ou derrubados.

A linguagem abstrata e o alto nível de generalização (nível do qual ele nunca desce para analisar processos concretos) permite a Mézáros afirmar coisas assim:

Era neste nível de especificidade sócio-histórica que se deveria ver, como um primeiro passo, a intervenção direta sob a forma “derrubada/abolição”. Mas o sucesso dependia de compreender a dialética do historicamente específico com o trans-histórico, ligando o necessário primeiro passo do que poderia ser imediatamente derrubado com a tarefa estratégica de uma longa e sustentável “transcendência/superação” do próprio capital (e não apenas do capitalismo), do Estado em todas as suas formas (e não apenas do Estado capitalista) e da divisão do trabalho (e não apenas do trabalho assalariado). E, apesar de a revolução política poder ter sucesso nas tarefas imediatas, apenas a revolução social concebida por Marx – com seu “trabalho” positivo de “regeneração” –

---

<sup>18</sup> Realizamos em Maia (2020) uma reflexão mais ampla sobre os problemas do emprego desta terminologia nos dias de hoje, por isto não a retomaremos aqui. Para efeitos de nosso estudo neste ensaio, ressaltamos, contudo, que nada tem a ver com as ditaduras nos vários países de capitalismo de estado, que foram não ditaduras do proletariado no sentido de Marx, mas sim ditaduras sobre o proletariado.

pode prometer realizações duradouras e transformações estruturais verdadeiramente irreversíveis (MÉSZÁROS, 2002, p. 577).

Por ele nunca analisar concretamente a luta de classes, discutir o movimento operário, os processos revolucionários concretos, a dinâmica das revoluções etc., suas afirmações sempre estão neste nível mais genérico de argumentação. E é exatamente por não analisar a concreticidade da luta revolucionária, que abstrações como estas podem ser ditas. Mas isto tem conclusões políticas de longo alcance. Nunca uma ideologia é isenta de pressupostos e interesses de classe. Quem realizará esta regeneração duradoura e positiva? Os sindicatos e os partidos políticos (de esquerda, revolucionários, comunistas etc.)? Esta é uma lacuna na argumentação de Mézáros e que as breves referências dele em seus textos, como demonstramos linhas atrás, encaminha exatamente para isto: a estratégia é a unificação dos braços industrial (sindicatos) e político (partidos) do trabalho. Ele nunca sai disto.

O capital (como Mézáros entende o termo e criticamos na primeira seção) não pode ser abolido, mas somente superado/transcendido em uma longa fase de transição socialista. O mesmo se dá com o trabalho (no uso problemático que ele faz deste termo):

O problema é, contudo, que muito do “sistema de trabalho assalariado” não pode ser abolido por qualquer decreto revolucionário e, conseqüentemente, deve ser transcendido na longa escala de tempo da nova forma histórica [ou seja, está claro para ele que esta fase de transição é um outro tipo de sociedade, uma nova forma histórica nem comunista nem capitalista, ou melhor, ordem sociometabólica do capital. LM]. Ou seja, imediatamente após a “expropriação dos expropriadores” não apenas os meios, materiais e tecnologias de produção herdadas permanecem os mesmos, junto com suas ligações com o sistema de troca, distribuição e consumo dado, mas a própria organização do processo de trabalho permanece profundamente encastoadada naquela divisão hierárquica do trabalho que vem a ser a mais pesada opressão herdada do passado. Portanto, na necessária escala temporal de longo prazo – a única capaz de realizar as transformações socialistas irreversíveis – o *chamamento marxiano pela abolição do sistema do trabalho assalariado não apenas não significa abolição do sistema do trabalho assalariado com não significa abolição* (MÉSZÁROS, 2002, p. 595/596).

Nesta longa fase de transição, o capital permanece (logo, suas personificações de carne e osso também, os capitalistas) e as relações daí derivadas como dinheiro, mercado, mercadoria etc., permanece também o trabalho assalariado, a divisão social do trabalho, logo, a classe operária e demais classes sociais. Todas estas coisas e relações não são abolidas, não podem ser abolidas, mas só transcendidas e superadas dentro desta longa fase histórica de afirmação das “transformações socialistas irreversíveis”.

Isto tudo é complementado por ideias como esta que, entre outras coisas, retira a própria revolução do horizonte histórico possível:

Em outras palavras, as pressões para a acomodação da temporalidade imediata não podem ser efetivamente transcendidas pela simples reafirmação da validade de seus amplos horizontes históricos. E, embora a formação social do capital (se considerada em sua escala histórica apropriada, englobando toda a época), como diz Marx, tenha caráter indubitavelmente transitório, do ponto de vista das forças imediatamente engajadas na luta contra sua dominação mortal está longe de ser transitória. *Desse modo, para transformar o projeto socialista em uma realidade irreversível, temos que completar “transições dentro da transição”, tal como em outro aspecto o socialismo se define como “revoluções dentro da revolução” que constantemente se renovam (MÉSZÁROS, 2002, p. 597).*

Novamente, o nível sempre elevado das generalizações permite formulações como estas. Se ele, ao invés de se contentar com afirmações grandiloquentes como estas, realizasse um processo de análise das revoluções do século XX, discutisse os avanços, recuos, fracassos, vitórias, enfim, a luta de classes que se desenvolve dentro dos processos revolucionários, teria mais a contribuir analiticamente para as lutas futuras. Uma revolução dentro da revolução, dentro da revolução etc. Uma volição que só tem sentido nestas generalizações. Para a luta política concreta significa que a revolução não tem fim ou, pelo menos, serão tantas revoluções uma dentro da outra que é difícil precisar o destino político que possam tomar. Ou seja, esta teoria da transição de Mézáros não contribui com uma verdadeira compreensão dos processos revolucionários, nem muito menos é elemento mobilizador da prática política militante.

E para rematar suas conclusões sobre a fase de transição (mesmo sabendo que aqui não tivemos condições de explorar todos os detalhes desenvolvidos por Mézáros, contentando-nos somente em traçar os pontos mais importantes), resta discutir a questão do estado. Comentando Lenin, afirma que a forma política para “se tentar quebrar o domínio do capital”, seja ela:

(...) chamada de “ditadura do proletariado” ou por qualquer outro nome, permanece aguda a necessidade de se instituir uma forma de Estado transicional capaz não apenas de enfrentar e superar o poder do capital, mas também de progressivamente “fenecer” no momento devido, paralelamente à transferência das funções estatais tradicionais para o corpo social (MÉSZÁROS, 2002, p. 741).

Aqui a tese leninista de estado de transição, que é igualda à ditadura do proletariado, é ressuscitado em todo seu vigor. Certamente Mézáros distingue sua

formulação das inúmeras experiências de capitalismo de estado (ou, segundo sua terminologia, “sociedades pós-revolucionárias”).

Ele reproduz *ipsis litteris* a deformação que Lênin faz da *Crítica do Programa de Gotha* de Marx:

Nem Marx nutriu qualquer ilusão sobre o caráter viável da formação estatal de transição no que concerne à “lei do mais forte” [*might-as-right*] herdada. Ele visualizou essa formação com a orientação explicitamente afirmada de transformar “poder-em-direito” (*might-into-right*). Marx deixou isso muito claro ao falar sobre a ditadura do proletariado transitória precisamente em sua *Crítica do Programa de Gotha* enquanto também salientava vigorosamente o necessário fenecimento do Estado (MÉSZÁROS, 2015, p. 49/50).

Apesar de aqui Mészáros recuar em relação a Lenin (1987), pois este fala em “extinção” de estado, seguindo indicações de Engels, somente após a revolução, ou seja, tomada do poder de estado pelo proletariado (leia-se partido). Assim, para Lenin, deve-se falar em “fenecimento” do estado (para usar terminologia de Mészáros) somente após a revolução, quando o estado burguês tiver sido abolido. Lênin, portanto, não exclui de seu campo linguístico o verbo “abolir” como processo político. O problema é o que ele faz depois com a teoria de Marx, com sua ideia de “estado proletário”, “estado em extinção” etc., teses que estão envolvidas em sua ideologia do partido, da revolução, da vanguarda etc. coisas que não temos condições de desenvolver aqui<sup>19</sup>.

E depois de exposto tudo isto, podemos chegar ao cerne do oportunismo na ideologia “revolucionária” de Mészáros, o que revela o autêntico leninismo, que muito caracterizou o assim chamado vanguardismo típico dos “comunistas” de várias bandeiras e siglas partidárias. Para Mészáros, portanto, a revolução é uma longa época histórica, marcada por processos de “transição socialista”, onde o estado (em fenecimento) é ainda presente, onde há “divisão hierárquica do trabalho”, ou seja, existência de classes sociais, onde o capital ainda não desapareceu, havendo, portanto, mercado, dinheiro, mercadoria etc. Contudo, na ideologia de Mészáros, este “sistema do capital” está em processo de “transcendência/superação”, mas não foi abolido. Isto é a fase de “transição socialista” segundo Mészáros.

---

<sup>19</sup> Para uma crítica consistente, consulte-se Ferreira e Teles (2021).



O proletariado (ou melhor, o “trabalho”), com seu estado proletário é encarregado de ir reorganizando toda a sociedade, produzindo “transformações socialistas irreversíveis”. Nos termos de Mészáros:

Uma vez que um pólo da antítese de que fala Marx – o trabalho – não pode ser mantido por si só, uma nova forma de manifestação deve ser também produzida para o outro pólo, *nas novas condições da sociedade pós-revolucionária*. A expropriação da classe capitalista e a interferência e alteração das condições normais de mercado que caracterizam a sociedade capitalista impõem radicalmente *novas funções ao Estado proletário*. Este é chamado a regular, *in toto* e em detalhe, o processo de produção e distribuição, determinando diretamente a alocação de recursos sociais, as condições e a intensidade de trabalho, a *taxa de extração do excedente* e da acumulação, além da participação de cada indivíduo naquela parcela do produto social disponível para o consumo (MÉSZÁROS, 2002, p. 1027) (grifos meus).

Ou seja, estamos a falar de uma sociedade de classes, onde há exploração (taxa de extração de trabalho excedente), onde há mercado, onde há estado etc. Contudo, tudo isto é regulado *in toto* por um estado proletário (a ditadura do proletariado). Em seguida a este parágrafo, Mészáros faz uma afirmação estarrecedora. A forma como assume o caráter de dominação de classe sobre o proletariado nesta suposta ditadura do proletariado é de um descaramento sem tamanho.

Esta extração politicamente determinada do trabalho excedente – a qual, em condições de penúria e na ausência de forças e mecanismos regulatórios estritamente econômicos, pode efetivamente alcançar níveis perigosos, a partir dos quais se torna contraproducente – aguça inevitavelmente as contradições entre o produtor individual [*a classe operária LM*] e o Estado, com as mais graves implicações para a possibilidade de dissidência [*um nome elegante para escamotear a luta da classe operária e demais setores da população contra a ditadura do estado proletário sobre o proletariado LM*]. Nestas circunstâncias, a dissidência pode diretamente pôr em risco a extração de trabalho excedente (e de tudo o que se constrói nesta base) [*assume desavergonhadamente o caráter exploratório desta suposta ditadura do proletariado LM*], retirando, assim, potencialmente, a base material da ditadura do proletariado e ameaçando a sua própria sobrevivência (MÉSZÁROS, 2002, p. 1027).

Quanta franqueza por parte de Mészáros. Após ficar centenas de páginas tentando esconder o caráter de classe de sua ideologia, esta agora se mostra cristalinamente. Ele tentou escamotear, por inúmeros subterfúgios, a existência de uma luta de classes entre proletariado e burocracia, mas agora, torna-se impossível dizer que ela não existe. Pelo contrário, ele teme que esta luta coloque abaixo tudo o que se constrói sobre as bases desta ditadura (quanto cinismo), ou seja, teme a luta proletária (que ele chama eufemisticamente de dissidência) contra a ditadura do proletariado.

Mas isto não para por aí. Veja uma forma elegante de defender processos ditatoriais. Contrastando as formas de controle social dos estados capitalistas com o estado proletário que exerce a ditadura do proletariado, afirma:

Em contraste, o Estado pós-revolucionário combina, como norma, a função do controle do processo político geral com a do controle do processo de vida material da sociedade. É a interação íntima entre os dois processos que produz dificuldades aparentemente insuplantáveis para a dissidência e a oposição (MÉSZÁROS, 2002, p. 1028).

Em Marx, a ditadura do proletariado ou o proletariado organizado em poder político significa o movimento político da classe exercendo uma coerção sobre os elementos reacionários ainda existentes (classe capitalista, latifundiários, estado etc.). Em Mézáros, esta ditadura do proletariado é, na verdade, uma ditadura sobre o proletariado. E ele diz isto textualmente:

Naturalmente, isso significa que, qualquer que seja a função do Estado proletário em suas relações externas, *internamente ele não pode ser a mera defesa do proletariado contra a classe dominante anterior*. Antes de tudo, a primeira função do Estado proletário – após um período relativamente curto – é a arbitragem de uma multiplicidade de interesses parciais complexos, e até contraditórios, que nascem da continuação da divisão social do trabalho. É por isto que o *proletariado pode – e, sob tais condições, deve – “voltar sua ditadura contra si mesmo”*, e não por não conseguir estar à altura dos ditames ideais de um imperativo moral categórico, como Lukács opinou em seu ensaio sobre “O papel da moral na produção comunista” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1054/1055).

Estas palavras são reveladoras. Em primeiro lugar, o proletariado não pode se contentar em exercer sua ditadura sobre os restos reacionários da classe dominante anterior. Em segundo lugar, o proletariado, devido ainda a existência da divisão do trabalho, deve exercer uma ditadura contra si mesmo. E isto não por questões morais, como afirma ao final da citação, mas sim, por questões objetivas, derivadas mesmo da referida fase de transição.

E tudo isto é possível como?

(...) o Estado imediatamente se torna uma “forma política” transicional plenamente controlada e um simples meio para a ação emancipatória, pois a diferença entre os governantes e os governados desaparece por definição (MÉSZÁROS, 2002, p. 1050).

Novamente aqui, e agora com mais clareza, Mézáros elimina a luta de classes sem eliminar as classes sociais. Cria uma falsa identidade entre estado proletário e classe proletária (e por extensão, o conjunto da sociedade). São classes diferentes, embora ele não o diga, pois a burocracia desaparece de seu campo perceptivo. Fica uma classe que

está no estado (que segundo Mészáros é o proletariado), que, inclusive, pode exercer sua ditadura sobre o proletariado, classe que, em tese, ela defende os interesses. Esta dialética, que vê classes, mas não luta de classes, “extração de trabalho excedente”, mas não exploração etc. é a quintessência do “marxismo” de Mészáros, na verdade um *neoleninismo*, ou seja, um pseudomarxismo.

E conclui esplendorosamente seu raciocínio. Este estado proletário não pode abolir a divisão do trabalho, as classes, o dinheiro, o mercado etc. Ou seja, é uma ditadura do proletariado que continua a “regular” uma realidade bem característica do capitalismo. Contudo:

É aí que podemos observar a desconcertante “nova circularidade” que existe entre “sociedade civil” pós-revolucionária e sua divisão do trabalho, de um lado, e o Estado proletário, de outro. *Os vários setores do trabalho fragmentado e internamente divididos necessitam da proteção do Estado por um longo tempo após a revolução*, não apenas contra as classes dominantes anteriores, mas também uns contra os outros, no interior da estrutura da ainda prevalecente divisão social do trabalho (MÉSZÁROS, 2002, p. 1059) (grifos meus).

Assim, a classe operária, após realizar a revolução, desenvolve seu estado proletário, que deverá proteger o proletariado contra forças centrífugas internas (dissidências) que podem corroer as bases da ditadura do proletariado. Por isto, o estado proletário, a fim de proteger o proletariado, pode exercer uma ditadura sobre o proletariado. Que dialética!!! Aceite isto quem for ingênuo o suficiente.

A história das experiências revolucionárias do século XX, sobretudo a revolução russa, a única onde o bolchevismo triunfou em sua forma pura em outubro de 1917, está aí para provar o contrário. O massacre dos marinheiros de Kronstadt, a repressão às greves em 1919 e 1920, o controle, burocratização e repressão aos soviets (BRINTON, 1975), a repressão aos grupos de oposição dentro do Partido Comunista Russo (VIANA, 2007; KOLLONTAI, 1980) estão aí para provar aonde pode chegar esta pretensa proteção do “proletariado” (no poder de estado) sobre o proletariado. Ou melhor, o controle ditatorial da burocracia do partido (convertida em burguesia de estado) sobre o conjunto do movimento da classe operária e demais classes inferiores. Este controle, caso haja desobediência radical como no caso dos marinheiros de Kronstadt (ARVON, 1984) e dos camponeses na Ucrânia, termina em repressão violenta e assassinato. Eis a

“proteção” que o estado proletário oferece ao seu proletariado, quando este decide não mais obedecer, ou seja, se torna “dissidência”.

### **Considerações finais**

Pretendeu-se com este texto analisar alguns momentos da obra de Mészáros, destacando os pontos que tem maior interesse para a luta política. As conclusões a que chegamos é que sua obra significa um “ressuscitamento” do leninismo, tentando inovar em alguns pontos (sobretudo no campo linguístico), mas que essencialmente, defende as mesmas velhas teses vanguardistas de Lênin e alguns de seus continuadores. Apesar de haver momentos de verdade e discussões interessantes sobre alguns fenômenos em sua obra, no conjunto, constatamos que: a) sua inovação terminológica é quase sempre improcedente e, em muitos casos, contraproducente; b) do ponto de vista político, suas obras são expressão dos interesses políticos da burocracia radicalizada, embora isto jamais seja dito explicitamente; c) a burocracia constitui-se como uma espécie de campo cego em sua obra; d) sua tentativa de elaborar uma “teoria da transição socialista” significa tão-somente mais uma justificativa (com alto nível de abstratificação) da dominação burocrática dentro dos processos revolucionários.

Assim, apesar de toda a grita em torno do nome e da obra de Mészáros, demonstramos como, na verdade, seu pensamento significa um empobrecimento do marxismo. É na verdade, um pseudomarxismo, sendo mais, na verdade, uma nova roupagem para velhas teses leninistas.

### **Referências**

ARVON, Henri. *A revolta de Kronstadt*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BETELHEIM, Charles. *A luta de classe na união soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

FERREIRA, Aline; TELES, Gabriel. *Lênin: burocracia e ideologia*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2021.

GUILLERM, Alaim & BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

KOLONTAI, Alexandra. *Oposição operária – 1920/1921*. São Paulo: Global, 1980.

KORSCH, Karl. *A situação atual do problema “marxismo e filosofia” (também uma anticrítica)*. In: KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.

KORSCH, Karl; Paul Mattick; PANNEKOEK, Anton; RUHLE, Otto; WAGNER, Helmut. *A contra-revolução burocrática*. Coimbra: Centelha, 1978.

KORSCH, Karl. *Sobre la teoria y la practica de los marxista*. Salamanca: Ágora, 1979.

LENIN, Vladimir Ilich. *O estado e a revolução*. São Paulo: Global, 1987.

LUKÁCS, George. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAIA, Lucas. *As revoluções russa e alemã: a questão do estado, dos partidos, dos sindicatos e dos conselhos operários*. Revista *Enfrentamento*: Goiânia: ano 12, N. 22, jul/dez. 2017.

MAIA, Lucas. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2018.

MAIA, Lucas. *Capitalismo contemporâneo e estratégia revolucionária hoje*. Revista *Enfrentamento*: Goiânia: ano 14, N. 24. 2019.

MAIA, Lucas. *A concepção marxista de autogestão*. In: VIANA, Nildo. *O marxismo autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Exposição do Livro, s/d.

MARX, Karl. *Introdução*. In: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. V. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

MARX, Karl. *Crítica do programa Gotha*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2002a.

MARX, Karl. *A comuna de Paris*. In: VIANA, Nildo. *Escritos revolucionários sobre a Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

MATTICK, Paul. *Crítica de Marcuse: el hombre unidimensional en la sociedad de classes*. Barcelona: Grijalbo, 1974.

- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1996.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, István. *Atualidade histórica da ofensiva socialista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, István. *A crises estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- PANNEKOEK, Anton; KORSCH, Karl; MATTICK, Paul. *Crítica del bolchevismo*. Barcelona: Anagrama, 1976.
- TELES, Gabriel. *Marxismo autogestionário e experiências revolucionárias*. In: VIANA, Nildo. *O marxismo autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.
- TRAGTENBERG, Maurício. *O capitalismo no século XX*. São Paulo: UNESP, 2010.
- TRAGTENBERG, Maurício. *A revolução russa*. São Paulo: UNESP, 2007.
- TROTSTKY, Leon. *A história da revolução russa*. (3 volumes). Rio de Janeiro: Saga, 1967.
- VIANA, Nildo. *O marxismo autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.
- VIANA, Nildo. *A consciência da história: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- VIANA, Nildo. *O modo de pensar burguês: episteme burguesa e episteme marxista*. Curitiba: CRV, 2018.
- VIANA, Nildo. *Hegemonia burguesa e renovações hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.
- VIANA, Nildo. *Karl Marx: a crítica desapiedada do existente*. Florianópolis: Bookees, 2016.